



Taller

Aspectos institucionais do Sistema Único de Saúde brasileiro: relação público-privado, relações federativas e o financiamento

10 de outubro 2013

Escritório OPAS, Brasília

Objetivos

O enfrentamento da pobreza e da desigualdade persistente dos países da região requer a consolidação de pactos – sociais e fiscais – que permitam conjugar esforços em torno da garantia de proteção social de forma continuada. Com esse foco, o projeto CEPAL “*Pactos sociales para una protección social más inclusiva*”, financiado pela GIZ, pretende propiciar o compartilhamento de ferramentas analíticas para análise dos processos em curso nos países da Região, bem como difundir e discutir experiências de processos de diálogo social e político que propiciaram, ou podem propiciar, avanços no sentido de se construir ou se consolidar um sistema de proteção social mais inclusivo para esses países. Entre esses, o Brasil foi incluído com vistas a ser elaborado um estudo sobre a trajetória e desafios de seu sistema de saúde, com foco na sua configuração institucional e nos aspectos políticos que dão sustentação – ou não - à efetivação do sistema.

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro foi definido a partir de princípios universalistas e igualitários, embasado em uma concepção de saúde enquanto “direito de todos e dever do Estado”. Apesar dos significativos avanços em termos de cobertura e acesso, enfrenta, entretanto, dificuldades de diferentes ordens para tornar realidade os seus princípios e, de fato, permanece segmentado e desigual. Entre essas destacam-se, em primeiro lugar, a ausência de suporte político organizado à ampliação das fontes de financiamento, em grande parte explicada pela trajetória histórica da atenção à saúde que configurou fortes interesses privados e teve como consequência a cristalização de um sistema segmentado. Em segundo lugar, as dificuldades decorrentes do contexto federativo no qual se implementa a política de saúde, que coloca desafios específicos na gestão da política decorrentes de processo de descentralização para unidades federadas autônomas em contexto de grandes heterogeneidades e insuficiência de recursos, em muitos casos.

Para lidar com essas questões no processo dinâmico de implementação da política, tem se desenvolvido uma institucionalidade complexa e, particularmente, a experiência

recente de construção de sistemas regionalizados que envolvem articulação e cooperação entre as instâncias governamentais. O SUS tem vivenciado nas últimas décadas um processo contínuo de reformas institucionais no seu âmbito interno e que visa à qualificação e implementação do processo de descentralização, organização e gestão do sistema de saúde à luz da evolução e aprimoramento do processo de pactuação intergestores. Isso faz com que o modelo de gestão seja um modelo complexo que envolve muitos atores, particularmente os gestores dos diferentes entes federados, e a cooperação entre eles é fundamental para o desempenho geral.

A trajetória da política de saúde brasileira revela momentos de construção de pactos relevantes que permitiram inflexões na política no sentido de mais inclusão e igualdade, mas também momentos persistentes de desacordos, os quais têm tido implicações relevantes para a efetivação do sistema de saúde universal e igualitário. Nesse processo podem ser identificados fatores políticos e contextuais que levaram à determinadas configurações institucionais da política de saúde brasileira, considerando as mudanças políticas mais amplas, as inflexões nas coalizões governantes, a atuação de diferentes atores, tanto políticos quanto sociais e outros fatores.

Por meio da participação dos peritos do campo de saúde e a partir da discussão de um trabalho de consultoria elaborado para o Cepal, se pretende propiciar um diálogo acadêmico e político em torno destes aspectos.

Programa provisional

9.15-9.30hs: Abertura – Carlos Mussi, Diretor Escritório CEPAL Brasília e Ana Sojo, Divisão da Desenvolvimento Social do CEPAL, Santiago (10')

1ª sessão – 9.30-12.30hs: A relação público-privada e o contexto federativo do SUS: uma análise institucional

Telma Menicucci, UFMG, Consultora CEPAL, Apresentação do texto elaborado para a CEPAL (30')

Comentaristas (20' cada um)

Sônia Draibe (UNICAMP, FACAMP)

10.20-10.40hs: Intervalo – café

Marta Arretche (USP)

Soraya Côrtes (UFRGS)

11.40-12.20hs: Discussão

12.20-12.30hs: Reação da expositora

12hs30-14hs: Almorço

14-16hs: 2ª sessão: Tendências e perspectivas do financiamento da saúde no Brasil:

Panelistas (20' cada um)

Helvécio Magalhães – Secretário de Atenção à Saúde/Ministério da Saúde

Humberto Costa - Ex-ministro da saúde, senador relator da Comissão Especial Externa do Senado Federal para debater e propor soluções para o financiamento do sistema de saúde no Brasil

Nuria Minha Conill (coordenação do Laboratório Iberoamericano de políticas e sistemas de saúde, UFSC)

Maria Alicia Ugá (Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ)

14.20-14.40hs: Intervalo – café

Comentarista (20') Sérgio Piola - IPEA

15-15.30hs: Discussão

15.30-16hs: Reação dos expositores

16-16.10hs: Fechamento, Carlos Mussi, Diretor Escritório CEPAL, OPAS??